



## GT 064. Sustentabilidade, Justiça Ambiental e Justiça Social

Doris Aleida Villamizar Sayago (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Alessandro Roberto de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a

Os efeitos e as consequências da crise global ambiental não são vivenciados da mesma forma por todos. Os mais desfavorecidos sofrem de modo desproporcional os efeitos das mudanças climáticas. A proposta deste GT é refletir sobre as relações entre as desigualdades sociais e raciais e as desigualdades ambientais à luz da noção de justiça ambiental. A noção de justiça ambiental busca dar conta tanto das desigualdades na exposição a riscos ambientais (poluição, resíduos, inundações, etc.) quanto da exclusão dos grupos marginalizados e discriminados na concepção e implementação de políticas. Considera as questões relacionadas com a degradação do meio ambiente, o esgotamento ou a exploração excessiva dos recursos naturais e as diversas formas de poluição, mas sobretudo os efeitos sociais que suscitam. Justiça alimentar, justiça climática e justiça ecológica constituem novos campos de mobilização e de pesquisa. A atualidade e relevância da temática permite agregar trabalhos que discorram sobre movimentos sociais que denunciam as injustiças ambientais e que reivindicam a defesa e o acesso aos recursos naturais; catástrofes ambientais; impactos socioambientais decorrentes das explorações desenfreadas em territórios indígenas; migrações ambientais; a tragédia do Rio Doce; e os efeitos nocivos que geraram para as pessoas excluídas das redes de poder. Finalmente, pretende-se pensar novas estratégias de sustentabilidade nas quais a justiça ambiental seja reconhecida como uma prioridade.

### **Nova cartografia social da diversidade biocultural no Médio São Francisco e sua contribuição à justiça ambiental**

**Autoria:** Ana Paula Glinfskoi Thé, Felisa Cançado Anaya Andréa Maria Narciso Rocha de Paula Carlos Alberto Dayrell Elisa Cotta de Araújo Adinei Almeida Crisóstomo Lilian Maria Santos Sergio Leandro Souza Neves

Este work relaciona-se as atividades de pesquisa-ação desenvolvidas na região da bacia média do rio São Francisco, no âmbito da Nova Cartografia Social que vem sendo executada pelo Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central (UEMA, UFPA e UNIMONTES) junto a comunidades tradicionais ribeirinhas. As comunidades estudadas se auto identificam como comunidades vazanteiras (comunidade Pau de Léguas) e quilombolas (Comunidade Buriti do Meio) do trecho mineiro do Rio São Francisco. Se encontram atualmente ocupando pequenas extensões de seus territórios originais, devido ao histórico de "encurralamento" e degradação ambiental provocado pelo avanço sobre seus espaços de vida de propriedades privadas do agronegócio, ou ainda, devido a expulsão pela propriedade pública estatal, na forma de Unidades de Conservação de Proteção Integral. Tal projeto busca com a autoprodução das cartografias por estas comunidades apoiar a reversão dessas assimetrias, resultantes na atualidade principalmente do projeto de desenvolvimento econômico impetrado pelo Estado Brasileiro na referida região, baseado no incentivo financeiro ao agronegócio exportador de commodities e à criação de unidades de conservação compensatórias a degradação ambiental resultante deste mesmo projeto desenvolvimentista. Assim, pode-se concluir que, em oposição à apropriação do lugar pelo capital global que desterritorializa e o transforma em um não-lugar, observamos no norte de Minas Gerais, projetos alternativos de desenvolvimento, formas de resistência e articulação política dos movimentos de territorialização da região enquanto um contra-poder político frente a doxa hegemônica do campo ambiental e agrário. Pode-se pensar em um novo paradigma, combinando ciência, movimentos militantes e um repertório de saberes específicos próprios das realidades localizadas, na acumulação de um capital de



conhecimentos que garanta acessos à direitos humanos e territoriais, pautados num modelo de gestão comunitária justo, que possibilite acesso à natureza, seu uso sustentável e conservação. Ainda, a partir das aprendizagens do processo de pesquisa-ação da nova cartografia social, ressalta-se a importância de processos de interação social e política prévios e/ou continuados entre atores, pesquisadores e pesquisados, para a garantia de diálogo e aproximação de olhares sobre a realidade social, que contribua para a mobilização política e a visibilização dos grupos, de suas identidades, territorialidades e modos de vida.



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

